**AS METODOLOGIAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E DE ENSINO DO TEXTO NOS PCN**

Francisco Fransueldo da Costa Soares.

Universidade do Estado do Rio grande do Norte.

**Introdução**

Nas últimas décadas, a preocupação com as metodologias de ensino de língua portuguesa e a sua aplicabilidade em atividades de leitura, ensino de texto e prática de análise linguística vem sendo o foco de investigação de inúmeros pesquisadores. Como Geraldi (1991), Dolz e Scheneuwly (1996), estes apresentam essa preocupação em seus trabalhos, os quais propõem metodologias e procedimentos para o ensino de língua materna, especialmente no que diz respeito ao modo como essas metodologias se apresentam em seus documentos.

Este trabalho pertence à linha teórica “Ensino do texto e de língua portuguesa” escolhemos pesquisar sobre as metodologias de ensino de Língua Materna existentes nos Parâmetros curriculares nacionais (PCN),de especial de ensino do texto. Temos como objetivo nesse trabalho investigar as propostas metodologicas de ensino de língua materna nos PCN, considerando a relação entre o PPC de Letras e o PCN, enfocando o ensino do texto. Para tecermos algumas condiderações a respeito da temática, nos repartamos nas palavras de Bronckart (1998), nos PCN (1998) e, em obras mais recentes, como Rojo (2000).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio e Fundamental de língua portuguesa (PCN), que surgem na intenção de orientar o professor para o desenvolvimento educativo de sua escola, mediante a reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento de suas aulas, a análise e seleção de seus materiais didáticos e de recursos tecnológicos correlacionados ao ensino da linguagem, principalmente no que compreende ao aperfeiçoamento e atualização do profissional.

Temos para verificação, análise e interpretação parte dos PCN de Língua Portuguesa do ensino fundamental e médio, nos quais em análise podemos observa que os documentos oficiais aqui analisados possuem as suas contribuições para o ensino. Eles evidenciam metodologias, competências e habilidades teóricas na aplicabilidade em sala de aula, embora existindo certa dificuldade na transposição didática, mesmo buscando o melhoramento do ensino e da qualidade dos profissionais da educação.

**O texto nas aulas de língua materna: o que dizem os PCN?**

Todo falante possui suas habilidades linguísticas, domina a linguagem de sua sociedade em diversos momentos de seu cotidiano, sejam formais, informais ou em situações familiares, por meio do seu grau de letramento, ou seja, por seu repertório de vida ou conhecimento de mundo, é da realização destas práticas linguísticas que o usuário da língua estimula a sua competência linguística nos diferentes momentos de sua vida.

Visando ampliar esses conhecimentos, que o falante e intérprete da língua possuem e utiliza para a construção das expressões que formam os seus textos orais e escritos, formais e informais, independentemente da norma padrão, escolar ou culta, é que a escola se vê na necessidade de expandir as atividades curriculares relativas ao ensino-aprendizagem da língua e da linguagem, isso se fez, através dos elevados níveis de leitura e de escrita exigidos nos dias atuais, diferente das demandas sociais de leitura e escrita exigidas algum tempo pela sociedade letrada. Neste mesmo sentido os PCN - 3° e 4° ciclos do ensino fundamental afirmam que:

Nessa mesma perspectiva não é possível tomar como unidades básicas no processo de ensino, as que decorrem de uma análise de extratos: letras, fonemas, sílabas, palavras, sintagmas e frases, que descontextualizados, são normalmente tomadas como exemplo de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva, dentro desse marco, a unidade básica do ensino só pode ser o texto. (PCN 1998, p.23).

Pela impossibilidade de se trabalhar o ensino-aprendizagem, através de pequenos elementos como letras, palavra, sintagmas e frases que descontextualizadas não correspondiam a unidade básica de ensino que se necessitava para ampliar a competência discursiva dos alunos e as práticas de ensino-aprendizagem, que sendo realizadas fora de um contexto de uso da linguagem, completamente desconhecidos pelos usuários em sala de aula, o único objeto a ser então utilizado como unidade básica de ensino foi o texto.

O trabalho com frases, sintagmas e palavras soltas, não possuíam um bom rendimento no ensino de língua materna, eram trabalhados elementos linguísticos de forma descontextualizadas, que não ajudavam o aluno a despertar a sua competência discursiva, linguística e textual, para um maior rendimento na prática de ensino-aprendizagem nas aulas de língua materna.

Com o surgimento do texto nas aulas de língua materna, essa realidade foi transformada, hoje se tem a possibilidade de trabalhar a análise gramatical de forma contextualizada, através de enunciados produzidos dentro da vida cotidiana, em situações reais de uso da língua e de sua discursividade. Segundo os PCN - 3° e 4° ciclos do ensino fundamental (1998, p. 23) sublinham que:

“Os textos organizam-se dentro de restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou aquele gênero. Desse modo, a noção de gênero constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino”. Dessa forma, só podemos compreender que levando em consideração o texto em seus diversos gêneros, o trabalho com este, pode proporcionar aos alunos o desenvolvimento de uma série de competências, entre elas a produção de textos variados, em diferentes situações de uso da língua, determinadas pelo contexto social em que circula aquele gênero textual, assim os conteúdos a serem desenvolvidos nas práticas de escuta de textos orais, de leitura de textos escritos, produção de textos orais e escritos, são tomados como referência os gêneros decorrentes nos textos trabalhados, reconhecidos como unidade básica de ensino. Nesta mesma perspectiva os PCN - 3° e 4° ciclos do ensino fundamental (1998, p. 24) afirmam que:

Sem negar a importância dos textos que respondem às exigências das situações privadas de interlocução, em função dos compromissos de assegurar ao aluno o exercício pleno da cidadania, é preciso que essas situações escolares de ensino de língua materna priorizem os textos que caracteriza os usos públicos da linguagem. Os textos a serem selecionados são aqueles que por suas características e usos, podem favorecer a reflexão crítica, ou um exercício de formas de pensamento mas elaboradas e abstratas bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena interação numa sociedade letrada. PCN (1998, p. 24)

Levando em consideração a citação acima, os gêneros textuais nas aulas de língua materna repercutem no ensino do texto, como a base do trabalho textual, já que o número de gêneros é quase infinito, a escola não trata a todos como unidade de ensino, é realizada uma seleção de acordo com os seus usos e funções sociais, aqueles que possibilitam o desencadeamento de um pensamento reflexivo, crítico, mais elaborado e os usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para uma plena participação numa sociedade letrada.

Segundo os PCN - 3° e 4° ciclos do ensino fundamental (1998, p. 47) “O conteúdo de ensino de língua materna, referente aos seus princípios organizadores, encontramos divididos em dois eixos: **Uso** de língua oral e escrita e reflexão sobre língua e linguagem”. Neste sentido compreendemos que o eixo **uso** corresponde à prática de escuta, leitura e produção de textos, enquanto que o eixo **reflexão** se relaciona a prática de análise linguística, em seguida estes dois eixos apresentados se enquadram na unidade básica de ensino que é o texto, este se dividindo nas quatro práticas de ensino citadas anteriormente, às quais comentaremos a seguir.

Respaldando-nos nestas mesmas palavras, a prática de escuta e produção de textos orais, deve significar á possibilidade do acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais que exijam um controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania, esta habilidade poderá ser desenvolvida através de atividades como exposição, debate, seminário, audição de música e etc.

Quanto à leitura de textos escritos, esta é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão, interpretação de texto, partindo de seus objetivos, seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem, não se trata de escavar informações, lendo letra por letra, palavra por palavra, trata-se de uma atividade que atenta para métodos de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante dificuldades de compreensão e avançar na busca de esclarecimentos, validando no texto suposições feitas, permitindo assim a construção de sentidos por meio da leitura. Esta prática poderá ser realizada em aulas reservadas para leitura, pois, se aprende a ler lendo.

Para a produção de textos escritos, o autor precisa conhecer alguns aspectos importantes, como o que dizer a quem dizer e como dizer, muitas vezes realizamos isto sozinhos e inconscientemente, envolvidos na produção de textos. No trabalho com a produção textual, precisamos articular dois planos: o plano do conteúdo, o que dizer e o da expressão, como dizer. É por meio do trabalho com a escrita que cada aluno vai desenvolver o seu estilo, as suas preferências, tornando suas, as palavras do outro, pois, se aprende a escrever escrevendo. Segundo os PCN - 3° e 4° ciclos do ensino fundamental (1998, p. 78):

Além da escuta, leitura e produção de textos se faz necessário à realização de um trabalho sobre a língua e suas propriedades, uma atividade metalinguística que envolva o trabalho de observação, descrição e categorização, para o qual se constrói as explicações para os fenômenos linguísticos, característicos das práticas discursivas, por meio do trabalho com o texto. PCN (1998, p. 78).

Entretanto a prática de análise linguística não é uma nova denominação para o ensino de gramática, quando se toma o texto como unidade de ensino, os aspectos a serem tematizados, não se referem somente a dimensão gramatical, a conteúdos relacionados às dimensões pragmáticas e semânticas da linguagem e que por serem inerentes à própria atividade discursiva precisam ser tratados de maneira articulada e simultânea no desempenho do desenvolvimento das práticas de produção e recepção de textos.

Quando se toma o texto como unidade de ensino ainda que se considere a dimensão gramatical, não é possível adotar uma categorização pré-estabelecida, os textos submetem-se as irregularidades linguísticas dos gêneros em que se organizam as especificidades de suas condições de produção.

Os PCN do ensino médio, por sua vez, vêm dando continuidade as propostas de ensino de texto nas aulas de língua materna apontadas para o ensino fundamental, embora que não se fale mais em texto como unidade básica de ensino, mas, é realizado um refinamento no que diz respeito às práticas de escuta de textos orais, de leitura de textos escritos e na produção de textos orais e escritos. Neste mesmo sentido os PCN do ensino médio dizem que:

Sobe essa lógica, e levando em consideração que o documento que parametriza o ensino fundamental, se orientam por perspectiva segundo a qual o processo de ensino e de aprendizagem deve levar o aluno a construção gradativa de saberes sobre os textos que circulam socialmente, recorrendo a diferentes universos semióticos, pode-se dizer que as ações realizadas na disciplina de língua materna, no contexto do ensino médio, deve propiciar a o aluno o refinamento de habilidades de leitura, de escrita, de fala e de escuta. Isso implica tanto a ampliação contínua de saberes relativos a configuração, ao funcionamento e a circulação dos textos quanto ao desenvolvimento da capacidade de reflexão sistemática sobre a língua e a linguagem. (PCNs 2002, p. 18).

Levando em consideração as palavras citadas pelos PCN do Ensino Médio, podemos compreender que as aulas de língua materna propiciam refinamentos nas práticas de leitura, escrita e escuta de enunciados e a ampliação dos conhecimentos do aluno, mas também aumenta seus saberes, relacionados a circulação dos textos principalmente no que diz respeito a sua função social, no trabalho sobre a língua e a linguagem, embora que de forma mais aprofundada e expansiva.

Estes recorrem de diferentes universos semióticos do trabalho com a linguagem, apenas enfocando um novo tema no que diz respeito às metodologias de ensino-aprendizagem, já que agora trabalhamos com alunos mais maduros em relação aos que encontramos no ensino no fundamental, esta perspectiva de ensino-aprendizagem é denominada de linguagem, códigos e suas tecnologias, enfocando esta temática que tem como finalidade delimitar o caminho a ser traçado pelo aluno, permitindo que a linguagem permeie o conhecimento, as formas de conhecer, o pensamento, as formas de pensar, a comunicação e as formas de comunicar, a ação e os modos de agir, propiciando para o aluno atitudes de como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar e participar da vida social, preparando-se para o mundo contemporâneo, da linguagem, tecnologia e informação, embora partindo do trabalho com o texto.

Considerando algumas mudanças ocorridas, nos conteúdos de língua materna, precisamente no tratamento com o texto, os PCN do ensino médio (2002, p.21) afirmam que: “O texto passa a ser visto como uma totalidade que alcança esse *status* por um trabalho conjunto de construção de sentidos, no qual se engajam produtor e receptor”. Neste sentido compreendemos que com essa mudança de paradigma é importante compreender as dificuldades vivenciadas pelos alunos no processo de aprendizagem nos fatores envolvidos com a variação linguística. A execução e a avaliação dos resultados das práticas de ensino aprendizagem deveriam levar em consideração fatores, como classe social, região, faixa etária e opção sexual, estes fatores considerariam as situações de uso da língua determinando a sua função social e o dialeto, determinando seu grau de formalidade e a sua modalidade escrita ou oral.

A maior preocupação desses estudos era a variação linguística, atentando para o trabalho com a linguagem e não com a língua, levando em conta a mutação sofrida de acordo com o tempo, espaço, a sociedade em que é falada, e que a escola deveria levar em consideração estas variações, tanto do ponto de vista social, como regional. Então surgiu a necessidade de se trabalhar textos variados, de diversas funções sociais, nas aulas de língua materna para promover uma maior interação linguística.

Não podemos afirmar que o objeto de ensino das aulas de língua materna no ensino médio, sofreu uma mudança significativa, até mesmo porque a defesa dos diferentes usos da língua em sala de aula seria interpretada como um desrespeito a linguagem padrão que deve ser ensinada para os alunos. Neste mesmo sentido, entendemos que o estudo do texto não deixou de repercutir, principalmente entre as pesquisas de língua e linguagem, pois, quando entramos em salas de aula encontramos o texto e o trabalho com o seu funcionamento nos diferentes usos da linguagem, é então que se configura o engajamento entre produtor e receptor, sendo realizado assim, o funcionamento da linguagem. Em relação ao objeto de ensino da disciplina de língua materna, os PCN do Ensino Médio (2002, p.21) afirmam que.

Em relação a disciplina de língua materna no ensino médio, as respostas a essas questões, que construídas pela escola, isto é, em seu projeto pedagógico, pressupõe um professor de língua materna, em permanente e contínua formação científica e pedagógica, por meio da qual o que possa construir uma compreensão sobre seu objeto de ensino: os usos sociais da língua, a reflexão sobre seus usos e sua variabilidade, tendo em vista os interesses e propósitos que orientam sua prática pedagógica. PCN (2002, p.21)

Nesta mesma perspectiva podemos compreender que o professor de língua materna, desde o ensino fundamental até o ensino médio vive em uma formação profissional contínua, tanto no que diz respeito ao âmbito científico, como nas práticas pedagógicas, na tentativa de construir uma melhor compreensão sobre os usos sociais da língua, a reflexão sobre eles, e a sua variabilidade, partindo de questionamentos levantados pela escola em seu projeto político pedagógico, estes reconhecidos pelos PCN do Ensino Médio, como seus objetos de ensino, construindo assim, dentro de uma sequência de conteúdos relacionados à língua materna, um refinamento de conhecimentos adquiridos pelos alunos, oportunizando um maior aprofundamento, a partir da compreensão científica e pedagógica.

Portanto, levando em consideração, nos PCN do Ensino Fundamental, o texto como unidade básica de ensino e a leitura como construtora de seu sentido, nos PCN do ensino médio os usos sociais da língua, a reflexão sobre seus usos e a sua variabilidade, como seu objeto de ensino, sem menosprezar o tratamento merecido pelo texto. Podemos então observa dentro dos dois enfoques uma dimensão para o ensino de língua materna, desprendendo-nos mais do ensino tradicional.

**Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e do ensino médio: uma análise.**

A elaboração e a publicação dos **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino****Fundamental e Médio** representam um avanço considerável nas políticas educacionais brasileiras em geral e para o ensino do texto. E isso, em grande parte, porque, ao invés de constituírem o ensino de língua materna, como tradicionalmente tem sido realizado no Brasil, em suas grades de objetivos e conteúdos curriculares pré-fixados, estes parâmetros, como o nome já indica, constituem-se em “diretrizes que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar uma formação básica comum” (PCNs, 1998, p. 49).

Dada a diversidade regional, cultural e política existente no país, os PCNs do ensino fundamental e médio correspondente a língua materna, buscam parametrizar referências nacionais para as práticas educativas, procurando fomentar a reflexão sobre os currículos estaduais e municipais, já em andamento em diversos estados e municípios. Além de orientar o professor para o desenvolvimento educativo de sua escola, mediante a reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento de suas aulas, a análise e seleção de seus materiais didáticos, de recursos tecnológicos correlacionados ao ensino da linguagem, principalmente no que compreende ao aperfeiçoamento e atualização do profissional principalmente no que corresponde ao trabalho com o texto visto como unidade básica de ensino.

Mas a construção dos próprios currículos para o Ensino Básico, adequados às necessidades e características culturais e políticas regionais, deverá ser feita pelos órgãos educacionais de estados e municípios e pelas próprias escolas, com base na reflexão formentada por estes referenciais, pautados essencialmente no processo de construção da cidadania e no trabalho com o texto.

Se isso se apresenta como uma qualidade inovadora dos PCNs (1998), se comparados a outros documentos oficiais já elaborados no território nacional, por outro lado, isso implica um grande esforço de reflexão para a transposição didática. Neste sentido (Chevallard, 1985, 1991, *Apud* Bronckart, 1998) afirmam que:

Destes princípios referenciais, às práticas educativas em sala de aula. E este esforço envolve não somente a construção de currículos plurais e adequados a realidades locais, como também a elaboração de materiais didáticos que viabilizem diretamente a formação inicial e continuada de professores e educadores. (Chevallard, 1985, 1991, *apud* Bronckart, 1998) *Apud* Bronckart, 1998).

Neste sentido, respaldados pelas palavras de Bronckart 1998, citando Chevallard, 1985, 1991, chegamos a compreensão, que a aplicação dos PCNs deve ser realizada de conformidade com o contexto encontrado nas instituições de ensino de cada localidade, para que não se torne inadequada mediante a prática em sala de aula, principalmente no que compreende a elaboração de materiais didáticos que contribuam para a orientação profissional, de modo especial no que concerne a sua formação inicial e continuada de profissionais da educação.

O próprio texto introdutório aos PCNs menciona quatro níveis de concretização destes princípios, que podemos entender como quatro níveis de transposição didática dos parâmetros. Nesse sentido Rojo (2000) afirma que:

O primeiro nível de concretização é justamente o da própria construção dialogada dos parâmetros como referenciais para outras ações de política educacional: a formação inicial e continuada de professores, a análise de livros e outros materiais didáticos, como também a avaliação nacional.

O segundo, no âmbito das instâncias educativas oficiais estaduais e municipais, é o diálogo que os PCNs poderão estabelecer com as propostas, documentos e experiências já existentes neste nível.

O terceiro e quarto níveis de concretização dizem respeito á elaboração do projeto educativo de cada escola e à realização do currículo em sala de aula. Este último nível vai envolver crucialmente a elaboração e a utilização adequada de materiais didáticos apropriados a esta realização. (ROJO, 2000, p.28)

Esses níveis citados acima representam a seleção do conteúdo a ser aplicado pelo professor de acordo com o grau de ensino. Ora, no caso dos PCNs de Língua materna são mencionados princípios organizadores dos conteúdos do ensino de Língua materna e critérios para a sequenciação destes conteúdos, além de organizações didáticas especiais, tais como projetos e módulos didáticos.

Considerando a organização didática dos PCNs de LP, Rojo (2000, p. 29), pontua que: “a organização dos conteúdos encontra-se distribuída, nos PCNs de LP, por dois eixos de práticas de linguagem: as práticas de uso da linguagem e as práticas de reflexão sobre a língua e a linguagem”.

Nesta mesma perspectiva significa que os conteúdos indicados para as práticas do eixo do uso da linguagem são eminentemente enunciativos e envolvem aspectos como: a historicidade da linguagem e da língua; aspectos do contexto de produção dos enunciados em leitura/escuta e produção de textos orais e escritos; as implicações do contexto de produção na organização dos discursos (gêneros e suportes) e as implicações do contexto de produção no processo de significação. Logo, neste universo, o texto é visto como unidade de ensino e os gêneros textuais como objetos de ensino.

Já os conteúdos indicados para as práticas do eixo da reflexão sobre a língua e a linguagem abrangem aspectos ligados à variação linguística; à organização estrutural dos enunciados; aos processos de construção da significação; ao léxico e às redes semânticas e aos modos de organização dos discursos, ou seja, a prática de análise linguística através do texto. Neste sentido Rojo (2000, p.31) afirma que:

Esta proposta de organização curricular exige dos órgãos educacionais estatais providências no sentido de uma efetiva reorganização da formação inicial e contínua dos professores, que inclua revisões curriculares dos cursos de Letras e das disciplinas de Prática de Ensino. Rojo (2000, p.31)

Isto porque o enfoque linguístico-enunciativo (teoria da enunciação bakhtiniana, teoria dos gêneros do discurso) adotado nos subsídios e indicações brevemente comentados acima, com o qual concordo, encontra-se praticamente ausente dos currículos de graduação de licenciatura em Letras.

Assim podemos observar que segundo o teórico existe um desacordo entre as diretrizes curriculares dos PCNs do ensino fundamental e a grade curricular do curso de Letras, estabelecida pelas diretrizes curriculares nacionais.

**Considerações Finais**

Em nosso trabalho conseguimos constatar que as metodologias de ensino de língua materna, demonstram certo distanciamento, no que compreende a ausência de eixos organizacionais de conteúdos, trazidos pelos PCN, que se encontra ausente do curso de licenciatura em Letras/Língua portuguesa. Tendo como efeito um desacordo entre PPC e PCN, principalmente no que corresponde a sua aplicabilidade.

Este trabalho contribui para a realização de discussões sobre aspectos teóricos que envolvem o ensino de Língua Portuguesa, contribui para análise e descrição do ensino de Língua Portuguesa no PCN e para Identificar como o PCN de Língua Portuguesa do ensino fundamental e médio faz referência sobre a MELP de especial ao trabalho com o texto.

Portanto, a partir desses pressupostos teóricos, pesquisamos sobre “As metodologias de ensino de língua materna”, no objetivo de identificar as propostas metodologicas de ensino de língua materna no curso de Letras, considerando a relação entre o PPC e o PCNs.

**Referências Bibliograficas**

BRASIL/SEMPEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ministério da educação. 3ª e 4ª ciclos do ensino fundamental. -Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL/SEMPEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** ensino médio. Brasília:

Mec/Semtec, 2002.

BRONCKART, Jean. Paul. (1998). **La transposition didactiqui:** histoire et perspectives d’une promematiqui fondatrice. *Pratiques*, março.

GERALDI, J.W. **Portos de passagens.** São Paulo, Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**O texto na sala de aula.** 4ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

POSSENTI, S. **Algumas considerações sobre o ensino de Língua Portuguesa.**

IEL/Unicamp, 1985.

ROJO, Roxane. **A prática de linguagem em sala de aula:** praticando os PCNs.São Paulo:EDUC, Campinas: Mercado de letras, 2000.